

## Ética e pesquisa em Ciências Sociais: reflexões sobre um campo conectado

### Ethics and Research in Social Sciences: Reflections on a Connected Field

Lara Facioli<sup>1</sup>

Felipe Padilha<sup>2</sup>

#### Resumo

O crescente aprofundamento da mediação tecnológica em nosso cotidiano, cada vez mais, mostra seus reflexos nas agendas das Ciências Sociais renovando as ferramentas e a logística das pesquisas. Objetiva-se discutir como princípios consolidados da ética em pesquisa em Ciências Sociais podem ser incorporados à prática das investigações qualitativas em que o digital é parte do campo, do desenho da pesquisa, da seleção das técnicas, de coleta, de análise e de exposição de dados e resultados. Inicialmente, analisamos as diretrizes éticas para a pesquisa nas Ciências Sociais, com base nas cartas da *International Sociology Association* (ISA) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); em seguida, apresentamos as especificidades das relações digitalmente mediadas com atenção especial às dimensões do consentimento das informações e dados recolhidos em páginas semipúblicas mantidas em serviços de redes sociais; e, por fim, considerando a vulnerabilidade dos sujeitos conectados, abordamos um conjunto de orientações para práticas de pesquisa mediadas.

**Palavras-chave:** Ética. Pesquisa social. Mídias digitais. Internet. Ciências sociais.

#### Abstract

The growing deepening of technological mediation in our daily lives, increasingly, shows its reflexes in the social science agendas renewing the tools and logistics of

1 Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL, Londrina, PR, Brasil). E-mail: larafacioli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4054-9631>.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Carlos, SP, Brasil). E-mail: felipeapa@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5511-7252>.

research. It aims to discuss how consolidated principles of research ethics in social sciences can be incorporated into the practice of qualitative research in which digital is part of the field, research design, selection of techniques, collection, analysis and exposure of data and results. Initially, we analyzed the ethical guidelines for research in the Social Sciences, based on the letters of the International Sociology Association (ISA) and the Brazilian Society of Sociology (SBS); then we present the specificities of the relations digitally mediated with special attention to the dimensions of the consent of the information and data collected in semi-public pages maintained in social networks services; and, finally, considering the vulnerability of the connected subjects, we approach a set of guidelines for mediated research practices.

**Keywords:** Ethic. Social research. Digital media. Internet. Social sciences.

## **Introdução ao Debate da Ética na Pesquisa em Ciências Sociais nos Tempos das Mídias Digitais<sup>3</sup>**

O debate sobre as condutas éticas na pesquisa social é produzido em uma arena heterogênea, permeada por divergências internas e também em relação a outras áreas de produção científica, em especial aquelas baseadas em modelos biomédicos. O atual contexto, marcado pelo aprofundamento da presença das mídias digitais nas relações sociais cotidianas, apresenta-se não apenas como um fenômeno para as agendas de pesquisa, mas também coloca novos desafios para a prática acadêmica.

Reconhecendo que a mediação da tecnologia tem, cada vez mais, renovado as ferramentas e os desenhos das pesquisas nas áreas das Humanidades, bem como considerando que o espaço em rede rearranja as dimensões entre público e privado, o objetivo deste artigo é discutir como princípios já consolidados da ética em pesquisa em Ciências Sociais podem ser incorporados à prática das investigações qualitativas que envolvem as mídias digitais.

Quais são as especificidades de uma investigação em que o digital é parte do campo, do desenho da pesquisa, da seleção das técnicas e dos processos de coleta e análise de dados? O texto se debruçará sobre

<sup>3</sup> Este texto é resultado das discussões estabelecidas no evento Novas Inserções Etnográficas: práticas de pesquisa e produção de conhecimento, iniciativa do Programa de Formação Complementar e da Especialização em Antropologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Gostaríamos de agradecer aos colegas professores e ao público presente pelas contribuições e debates que geraram o artigo. Agradecemos também a Carolina Ribeiro pela cuidadosa e competente revisão e pelas sugestões de arranjos e recortes em nosso processo de escrita.

essa questão apontando, com base em experiências de campo, possíveis saídas que evite a exposição de dados sensíveis<sup>4</sup> dos sujeitos da pesquisa.

O repertório teórico-metodológico produzido pelas Ciências Sociais foi construído em um contexto cujas interações e relações sociais se davam, única e exclusivamente, face a face. Isto é, a situação de co-presença entre dois indivíduos envolvidos em uma interação social foi, desde sempre, tomada como um dado da interação. O pressuposto da co-presença organizou os princípios fundamentais que norteiam os códigos de ética profissional das Ciências Sociais. As orientações oferecidas pelas associações profissionais são baseadas em princípios que devem ser modulados e aplicados em cada contexto de pesquisa considerando os modos e níveis de apreensão dos comportamentos em questão.

A regularização de condutas profissionais passa pela institucionalização de disciplinas, por acordos e resoluções coletivas formuladas por associações profissionais reconhecidas e organizadas em âmbito nacional e internacional. Códigos de ética não pretendem apenas oferecer parâmetros de conduta e princípios para nortear o trabalho acadêmico, mas lançam as bases para todo o espectro de atuação profissional.

Considerando o caso brasileiro, o código de conduta profissional elaborado pela *International Sociological Association* (ISA)<sup>5</sup> é adotado pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) que, por sua vez, oferece as diretrizes para os códigos formulados tanto pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)<sup>6</sup>, quanto pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA)<sup>7</sup>. No caso das Ciências Sociais brasileiras, especificamente da Sociologia, a regulação das condutas éticas foi formulada a partir de discussões em comitês, fóruns e grupos *ad-hoc* de ética da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Por sua vez, as orientações formuladas pela ANPOCS

4 Neste texto, optamos por empregar o termo “dados sensíveis” em referência às informações que circulam em rede e que podem, quando recolhidas, reproduzidas e divulgadas, causar algum tipo de dano inesperado aos sujeitos correspondentes e também para os membros de seu circuito familiar, de amigos e até mesmo para sua atuação profissional.

5 O código de ética da ISA está disponível em: <http://www.isa-sociology.org/en/about-isa/code-of-ethics/>.

6 O código de ética da SBS está disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/images/docs/codigoetica.pdf>.

7 O código de ética da ABA está disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=3.1>.

se aproximam e ratificam as diretrizes dispostas no Código de Ética da ISA, aprovado em 2001.

Por um lado, verifica-se que uma postura de recusa à extensão das normas que regulam os processos de pesquisa das Ciências Biomédicas para as práticas de pesquisas das Ciências Humanas constitui uma questão-chave no nosso debate sobre ética. As resoluções produzidas pelas associações profissionais das Ciências Sociais levam em conta as especificidades da pesquisa social e podem ser entendidos como uma resistência ao argumento que defende a extensão das normatizações de ética em pesquisa do sistema CEP/Conep (Conselho Nacional de Saúde) para todas as áreas do conhecimento (DINIZ, 2005; DUARTE, 2004; SANTOS, JEOLÁS, 2015; SARTI, 2015).

Marcos Ferreira (2013, p. 172) argumenta que “a questão ética encontra-se no âmago das ciências sociais porque o seu desenvolvimento desde os finais do século XVIII é coincidente com o tratamento das problemáticas constitutivas da modernidade política”, isto é, em termos históricos, a noção de “sujeito humano” ou “pessoa humana” aplicada à consideração da ética em pesquisa social foi o resultado de uma reação inicial ao tratamento prejudicial de pessoas em experimentos médicos (FERREIRA, 2013). As primeiras regulamentações nacionais e internacionais que estabelecem os parâmetros de ética em pesquisa com seres humanos arregimentadas nesse período podem ser entendidas como uma reação às consequências do empreendimento científico moderno que, pautado pelas ambições positivistas de progresso, desconsiderou a responsabilidade ética com o outro.

A antropóloga Debora Diniz (2008) comenta que a extensão das considerações sobre a pessoa humana instalou uma controvérsia quanto à legitimidade dos parâmetros de pesquisa estabelecidos em âmbito internacional, uma vez que a matriz adotada é profundamente enraizada em uma compreensão que leva em conta as produções e modos de procedimento das Ciências Biomédicas. Para Diniz, os limites da universalização desses parâmetros se revelam quando consideramos que, diferente desses saberes, os conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais não resultam de *pesquisas com humanos*, mas de investigações que têm como objeto as *relações sociais*.

Em decorrência de profundas discussões interdisciplinares e no interior dos campos de ciências humanas e sociais, as resoluções

446 de 2012 e 510 de 2016 aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde consistem em marcos éticos e apontam tanto para a consideração da ética enquanto construção histórica social e cultural, quanto reconhece as especificidades destas áreas em suas concepções e práticas de pesquisa, assumindo seu caráter plural, do qual decorrem diversas perspectivas teórico-metodológicas. A resolução de 2016, particularmente, destaca a relação pesquisador-sujeito de pesquisa como construção contínuo, dialógica, reflexiva e não-hierárquica, o que aponta para transformações do vocabulário e repertório das normativas de ética e pesquisa para o campo das Ciências Sociais.

Ao falar em ética também estamos colocando em discussão um conjunto de procedimentos de pesquisa embebidos de posturas teórico-metodológicas e epistemológicas. Assim, o pressuposto da neutralidade dos fatos sociais observados de maneira externa ao sujeito pesquisador (DURKHEIM, 1995); a elaboração do conhecimento engajado na mudança social, avesso à mesma neutralidade (MARX, 1998); a proposta de esforço em explicitar os valores que norteiam a escolha dos sujeitos de pesquisa de forma a impedir que tais valores determinem os resultados obtidos (WEBER, 1991) são aspectos éticos e de método inegavelmente relevantes aos processos de profissionalização da área.

A esse respeito, o sociólogo Jacob Lima (2015, p. 220) lembra que “a especificidade do social e seu caráter histórico, a todo momento, é reforçada, mesmo nas abordagens que buscam aproximar a sociologia das ciências naturais”. Mais do que isso, conforme sublinham Luiz Antonio de Castro Santos e Leila Sollberger Jeolás (2015, p. 258), “as normas em vigor, emanadas da Conep, ilustram o cabal desconhecimento e desconsideração das condições e condutas inerentes à pesquisa em ciências sociais e humanas”, realidade que, como apontado acima, se altera com a resolução de 2016, fruto de embates entre os campos de conhecimento e das pressões por reconhecimento de especificidades das ciências humanas e sociais.

Outro aspecto central para os códigos de ética é o consentimento dos participantes. Nesse caso, o consentimento deve ser obtido pelo pesquisador ou pela pesquisadora todas as vezes em que o comportamento dos sujeitos seja apreendido em âmbito privado, assim como nas situações em que os sujeitos não tenham conhecimento da observação e relato sobre seu comportamento. A intenção explícita das normativas é garantir

a segurança, o anonimato, e a não maleficiência dos sujeitos participantes das pesquisas, sejam elas de caráter qualitativo ou quantitativo e sejam eles pesquisadores ou sujeitos pesquisados. A confidencialidade da fonte da pesquisa é imperativa, exceto naqueles casos específicos em que os sujeitos concordem ou solicitem que sejam citados. Em todo caso, cabe ao pesquisador ou à pesquisadora o cuidado para que, caso os sujeitos de pesquisa possam ser facilmente identificados, alertá-los para consequências (inclusive inesperadas) que possam advir da divulgação dos resultados da pesquisa, bem como esclarecer aos participantes sobre as ações a serem estabelecidas em caso de ruptura com a anonicidade.

O dilema do consentimento se apoia na divisão entre comportamentos apreendidos em âmbito público e na esfera privada. Tal divisão é reveladora de um conjunto de presunções baseadas em contextos de pesquisa face a face. Por exemplo, se observamos as interações em uma praça, onde crianças brincam, jovens jogam futebol e senhores jogam gamão, a autorização de cada um dos sujeitos presentes na cena se torna desnecessária, uma vez que a própria situação induz a uma despersonalização dos/as envolvidos/as na interação. No entanto, se pretendemos entender por quais redes de relações os senhores chegam ao jogo de gamão ou os jovens ao futebol e as crianças ao parquinho, será necessário aproximar-se dessas pessoas e, dependendo do envolvimento e da profundidade de nossa pesquisa, explicitar a todos eles e às mães, pais e/ou responsáveis pelas crianças quais serão, afinal, os objetivos de nossa pesquisa. Deveríamos informar, inclusive, as condições de anonimato, preservando o nome do bairro e da pracinha, se fosse preciso<sup>8</sup>.

Tomar o social como objeto de estudo envolve vivências pessoais e coletivas, histórias de vida, aspectos da intimidade, da vida familiar, das relações afetivas, para mencionar apenas alguns exemplos da complexidade das relações que atravessam a investigação científica. Nas Ciências Sociais o processo de pesquisa envolve um conjunto comum de práticas sobre as quais temos poucas oportunidades de nos debruçar.

---

8 Um exemplo deste debate é o trabalho de Norbert Elias e John L. Scotson, *Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, publicado no ano de 1956. Os autores analisam, por meio de fontes diversas, a lógica da configuração social e das relações de interdependência na pequena cidade ao Sul da Inglaterra, de nome fictício Winston Parva. Nesse caso, os autores não apenas despersonalizaram os sujeitos engajados com a pesquisa, mas a própria localidade, a fim de preservar todos os envolvidos.

Ainda que o exemplo da pracinha possa parecer simplista à primeira vista, ele é bom ponto de partida para uma reflexão sobre como, a partir da presença intensiva das mídias digitais, algumas noções consolidadas no vocabulário corrente das ciências sociais, tais como o binômio público e privado, são invariavelmente complexificadas tanto no que diz respeito aos procedimentos éticos da pesquisa social (obtenção do material empírico, classificação, análise e divulgação dos resultados alcançados), quanto no que toca os próprios campos de investigação conectados.

Um serviço de rede social como *Facebook*, por exemplo, pode ser entendido como um espaço público ou privado? Fotos expostas em contas abertas no *Instagram* podem ou não ser reproduzidas em trabalhos acadêmicos como artigos, dissertações e teses? Afinal, quais singularidades caracterizam as relações digitalmente mediadas? Como construir um vocabulário de pesquisa capaz de promover condutas éticas de recolhimento e exposição de dados quando coletados por meio das pesquisas empíricas com mídias digitais?

Ao recuperar esse conjunto amplo de questões não é nossa intenção oferecer respostas cabais, tampouco apresentar um manual a partir do qual normas de conduta podem ser extraídas e aplicadas. De outro modo, nosso intuito é alimentar o debate sobre o zelo ético e sobre as implicações possíveis para os sujeitos de pesquisa no que se refere ao uso de informações e dados disponibilizados *online* para a pesquisa acadêmica. Assim, nosso objetivo é chamar a atenção de pesquisadoras e pesquisadores para as imprevisíveis consequências decorrentes do uso acadêmico daquilo que é publicado *online*.

## **Oportunidades e Armadilhas de Pesquisa na Era das Mídias Digitais**

O crescente aprofundamento da presença das mídias digitais na vida cotidiana brasileira tem, cada vez mais, suscitado debates que atravessam os mais variados campos de conhecimento. Por isso, ao longo deste artigo optamos pelo emprego do termo “mídias digitais” em um sentido amplo, como um termo guarda-chuva, que inclui uma gama de tecnologias não-analógicas, como *smartphones*, a internet e *e-services*<sup>9</sup>.

9 Por *e-services* nos referimos ao amplo conjunto de serviços comerciais disponibilizados via Web, o que inclui desde formas de *e-commerce* até as redes

As mídias digitais não são apenas tecnologias que oferecem novas possibilidades para as relações sociais, mas mobilizam tais relações mediante um conjunto de recursos informacionais e comunicacionais que engendraram novos modelos de negócios que constantemente demandam a produção de novas normas sociais, regulamentos, marcos legais e princípios éticos. O digital não marca somente uma transformação técnica e tecnológica, mas também uma mudança social e histórica em que as relações mediadas pela conectividade ganham importância (MISKOLCI, 2016).

Sociólogos como Noortje Marres (2017) tem argumentado que, atualmente, o digital constitui um fato social total, já que, de modo semelhante ao que ocorreu com a temática do meio ambiente, passou a afetar diferentes setores da organização social tornando-se relevante para diversos domínios da vida contemporânea. Desse modo, o digital aponta para um conjunto de transformações sociais que exigem mudanças no modo como entendemos e investigamos a vida em sociedade.

Parece não restar dúvidas de que as chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação criaram novas oportunidades para a pesquisa, entretanto, pouca atenção foi dada aos novos desafios que emergem junto com essas oportunidades. A comunicação em rede é facilitadora do contato social, ou melhor, trata de um conjunto de ferramentas sociotécnicas que, por assim dizer, alteram as formas de interação, trocas e acesso a informações diversas.

Pesquisadoras e pesquisadores identificam nas tecnologias da informação e da comunicação um recurso poderoso de pesquisa capaz de facilitar o intercâmbio de informações recíprocas entre pessoas e que, se operacionalizado de maneira satisfatória, pode resultar em análises mais ricas e mais profundas a respeito da vida social. No nível dos arranjos da pesquisa, especialmente considerando a ampla presença de serviços de redes sociais entre determinados segmentos sociais, a comunicação digital permitiu um engajamento intenso com participantes de um mesmo grupo de modo até então impensável.

Ainda assim, o fato de facilitar o contato e o intercâmbio de informações não quer dizer que a internet seja a solução para todas as pesquisas e garanta práticas investigativas mais acessíveis. Ao menos duas questões devem ser consideradas para a decisão sobre realização

---

sociais digitais.

de uma investigação digitalmente mediada ou parcialmente mediada<sup>10</sup>: i) esta é a melhor maneira de realizar a pesquisa? ii) a tecnologia - as mídias digitais, a internet, etc. - é relevante para o grupo estudado, para as relações estabelecidas e para a questão que a pesquisa busca responder?

Há que se considerar também a presença de filtros e mecanismos técnicos, tais como algoritmos, que viabilizam um tipo de partilha diferencial – como aqueles que restringem o acesso ao conteúdo compartilhado, bem como estímulos à exposição aberta – precisa ser reconhecida como um fator decisivo.

Autoras como Zizi Papacharissi e Paige L. Gibson (2011) observam que as mídias sociais permitem um tipo de conexão com variados públicos em planos sociais *online* que não são convencionalmente públicos, nem inteiramente privados. Segundo as autoras, o que talvez torne incômodo as relações entre socialidade, exposição e privacidade é que, no plano *online*, tais relações passam a ser mediadas por uma ferramenta digital que registra, arquiva e rastreia comportamentos sociais extraíndo padrões.

A conexão em rede borra as divisões entre público e privado de tal modo que as fronteiras que delimitam uma e outra deixam de ser facilmente identificáveis, o que acaba fazendo com que “a ética na web seja baseada na noção de informação privada publicamente disponível”<sup>11</sup> (LUNNAY *et al.*, 2014, p. 7). Isto é, na medida em que são publicadas em páginas pessoais privadas, mas são deixadas publicamente disponíveis, as informações passam a ser tratadas a partir de seu caráter público. Seja sob o foco de interesses acadêmicos, jornalísticos ou publicitários, a informação privada publicamente disponível torna-se suscetível a análise.

Conforme sublinhado por Bernardo Lins (2000), no Brasil, a compreensão jurídica da privacidade na esfera *online* é herdeira da doutrina consolidada pelas decisões tomadas em casos de conflitos e violações de privacidade por parte da imprensa. As violações de intimidade, a revelação de fatos privados embaraçosos, assim como o uso de métodos questionáveis ou impróprios para coleta de informações foram tomados em analogia com a Internet servindo para moldar o entendimento contemporâneo sobre a privacidade *online*.

---

10 Para acessar o debate sobre etnografia *online/off-line* ver: Facioli (2017); Miller e Slater (2004).

11 No original: “the ethical complexity of social media centers on this notion of publicly available private information” (LUNNAY *et al.*, 2014, p. 7).

A partilha intensiva é mais do que a principal característica das redes digitais. Em sua forma atual, a internet converteu o compartilhamento de mensagens e informações em um poderoso modelo de negócios que figura entre os ramos mais promissores da economia contemporânea. O que não se pode perder de vista é o fato de que redes sociais são serviços que extraem lucro do acúmulo de dados digitais. Como convém aos produtos comercializados em âmbito internacional, as funcionalidades e recursos oferecidos pelas tecnologias digitais resultam de ecologias legais que congregam múltiplos interesses de mercado e de Estado sob diferentes legislações nacionais.

No que toca a pesquisa social, as características da estrutura da rede são fundamentais para a reflexão ética sobre que tipo de dados estão disponíveis ao pesquisador e sobre como organizar mecanismos de coleta e de busca por estas informações.

A socióloga holandesa José Van Dijck (2016, p. 19) chama atenção para o fato de que:

O veloz crescimento das plataformas de mídias sociais teve como resultado que estes sites foram incorporados por empresas de comunicação, tanto novas, como já existentes. Estas em geral, se mostraram menos interessadas em formar uma comunidade de usuários que em obter acesso a seus dados pessoais. A conectividade não tardou em evoluir até tornar-se um recurso valioso, na medida em que os engenheiros encontraram métodos de codificar toda essa informação em algoritmos que contribuíram para moldar uma forma particular de socialidade *online*, a ponto tal de convertê-la também em um mercado global de mídias sociais e conteúdo gerado para os usuários.

A internet tal como a conhecemos é caracterizada por um tipo de estrutura comunicacional que envolve um conjunto de interesses específicos, construídos e modificados ao longo dos anos por meio do desenvolvimento de diversos recursos técnicos, econômicos, de mercado, de interesses de Estado e projetos bélicos. A chamada Web, face comercial da internet, não é a mesma daquela disponibilizada na década de 1990. O aperfeiçoamento e a expansão da internet comercial foram produzidos concomitantemente à popularização de programas (*softwares*) e

equipamentos (*hardwares*) para amplas parcelas da população. Em síntese, os recursos informacionais disponíveis também limitam ou expandem a possibilidade de conexão de acordo com os recursos técnicos disponíveis em cada contexto.

O processo de transmutação do antigo usuário, visto como sujeito passivo diante da tela, em produtor de conteúdo ativamente engajado em múltiplas atividades simultâneas está diretamente relacionado à profusão dos *smartphones*.

Entretanto, em sua forma atual, a chamada web 3.0 ou web semântica, apontada por muitos como a terceira fase da internet comercial, cada vez mais tem oferecido novas oportunidades mediante uma experiência de acesso à rede guiada por algoritmos especializados que, com base em nossas ações *online*, passam a oferecer o conteúdo de forma personalizada. O exemplo mais bem acabado dessa tecnologia é constituído pelas aplicações inteligentes de publicidade baseadas em pesquisas de comportamento.

A atual estrutura comunicacional da internet toma o registro dos rastros dos usuários como matéria-prima não apenas para servir às ações de mercado, mas também aos interesses da pesquisa acadêmica. As pegadas deixadas por nossos cliques *online* tornam-se migalhas de pão digitais que podem ser calculadas e organizadas por programas algorítmicos. Assim, a conectividade parece assentada sobre o paradoxo de que, ao mesmo tempo, acessamos uma rede potencialmente universal, mas que é altamente singular, na medida em que parece tratar-se de um produto personalizado.

Quando estamos conectados, os conteúdos que consumimos não são apenas o resultado de nossas escolhas individuais racionalmente guiadas, mas também resultam da nossa presença ativa na rede. A conexão nos insere em um contexto de mercado digitalmente mediado e direcionado para extrair lucro tanto das relações de produção, quanto das relações de consumo gerando dividendos a partir do gerenciamento de dados e metadados capitalizados na arena da publicidade.

A internet também suporta outro paradoxo que é o de ser dispersa e documental. Conforme observou Dannah Boyd (2001), uma das principais características da comunicação mediada em rede é que, uma vez *online* todo conteúdo torna-se reproduzível. Uma vez digitalizada, a informação é registrada, observada e ganha contornos de persistência. Ela

pode ser reproduzida sem perda de valor, isto é, conteúdos disponíveis em rede tornam-se duráveis e, ao mesmo tempo, potencialmente localizáveis. Talvez por essas características não seja incomum assistir episódios em que o passado digital pode voltar-se contra os sujeitos gerando consequências inesperadas<sup>12</sup>. As lições que podem ser extraídas dessas informações não apenas servem para precaver pesquisadores e pesquisadoras com relação ao tratamento dado às informações e às fontes, mas também é um convite à reflexão coletiva sobre os riscos que envolvem a exposição de postagens e publicações veiculadas em páginas pessoais.

Além disso, a forma como pesquisadores e pesquisadoras buscam o conteúdo investigado também pode ser problemática para a pesquisa. Muito do que emerge em uma pesquisa na internet seja por meio de um serviço de rede social ou por meio de um motor de busca, como o Google, está irremediavelmente vinculado à publicidade paga.

Motores de busca são direcionados por configurações complexas e sobre as quais o público leigo quase nunca tem domínio. Pesquisas como a de Safiya Noble (2013), que há alguns anos se dedica a entender as lógicas que organizam essas ferramentas de busca, têm mostrado que existe uma tendência generalizada a utilizar um pequeno número de termos nas buscas. Isto é, ainda que recursos como a “pesquisa avançada” estejam disponíveis e facilmente acessíveis, o seu uso acaba sendo significativamente menor.

A despeito de seu design aparentemente enxuto, emoldurado por uma barra de busca, os motores são programas que refletem os termos de pesquisa lançados mapeando-os contra os padrões de pensamento sintetizados nos conceitos que um usuário ou uma usuária tem sobre um determinado tópico. Os conceitos, por sua vez, são extraídos a partir do histórico de uso. Para Noble (2013) é justamente:

[...] esta disjunção entre, consultas de usuários e suas perguntas reais, por um lado, e sistemas de recuperação de informações, por outro, que forma a compreensão das ligações complexas entre o conteúdo dos resultados

---

12 Não são raras as ocasiões em que políticos, celebridades e pessoas anônimas se veem enredadas em situações embaraçosas por conta de declarações e postagens feitas em redes sociais tempos atrás e que, em algum momento, retornam voltando-se contra a própria pessoa.

que aparecem em uma pesquisa e sua importância como expressão de poder e das relações sociais.

O argumento da autora é uma tradução sociológica da fórmula matemática que inspira os algoritmos de busca. Soma-se a isso, o fato de que, com o passar do tempo, o público aprendeu a confiar nessas dinâmicas da rede. A expressão “joga no Google” talvez possa ser entendida como uma síntese cultural dessas relações de confiança <sup>13</sup>.

Se, por um lado, a internet facilitou o contato com os sujeitos e com as práticas sociais que compõem nossos estudos; por outro lado, algumas compreensões parecem ter sido complicadas pela vinculação com a tecnologia. O avatar ou o perfil podem ser compreendidos nos mesmos termos que a pessoa? Podem ser considerados sem levar em conta o “grande conjunto de dados” em que se inserem - a plataforma em questão, o designe, o contexto das publicações, etc.? A captura das postagens de uma pessoa poderá causar os danos mencionados acima? Os danos são potencialmente previsíveis? O comportamento apreendido em um blog ou uma página pessoal abrigada em um serviço de rede social deve ser tomado de maneira análoga ao comportamento desempenhado em espaço público ou privado? São questões que não se prestam a respostas rápidas ou simplistas, desafiando nossa criatividade e nossa imaginação sociológica.

Atualmente não resta dúvidas de que informações digitais envolvem sujeitos individuais e que a exposição de dados *online* pode produzir danos psicológicos, morais, econômicos ou físicos, por vezes, irreparáveis. Não nos parece exagero lembrar que a confidencialidade e

---

13 Em 2015, uma mulher morreu após entrar por engano na comunidade do Caramujo, em Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O casal dirigia-se do Rio para Niterói e colocou o endereço de destino no aplicativo de navegação por GPS Waze. No entanto, em vez serem direcionados para a Avenida Quintino Bocaiúva, em São Francisco, foram levados à Rua Quintino Bocaiúva, dentro da favela do Caramujo. Segundo foi noticiado pela imprensa, o casal teria se deparado com criminosos armados e o automóvel foi alvo de disparos. Outros casos similares também ocorreram no mesmo estado. A empresa responsável pelo aplicativo de geoposicionamento lançou uma nota pública afirmando que “Infelizmente, é difícil impedir que motoristas naveguem para uma região perigosa se este é o destino selecionado pois pessoas que moram nessas áreas precisam chegar em casa. Quando o governo de qualquer país ou cidade proíbe os habitantes de passarem por um determinado bairro ou região [...]”. (MULHER..., 2015).

o consentimento são princípios que orientam as condutas de pesquisa e que os aspectos éticos devem ser aplicados considerando o contexto de cada desenho de pesquisa.

Uma das particularidades das pesquisas qualitativas envolvidas com as mídias digitais é que tratamos de tecnologias que se apresentam como promotoras de socialidade que estruturam o público em rede. Do ponto de vista da entrada em campo há ganhos notáveis para a abordagem uma vez que na web é possível encontrar o público com o qual se quer estar. Entretanto, ainda que facilite a abordagem sobre determinadas coletividades, o campo construído por meio de uma rede *online* possui suas particularidades.

Em primeiro lugar, alguém que constrói um perfil público ou semipúblico o faz dentro de um sistema informacional limitado, uma plataforma. Em sua forma atual, os serviços de redes sociais operam por cooperação, o que torna possível a convergência entre diferentes plataformas. O perfil é articulado a uma lista de outros perfis com os quais se partilha uma conexão. Uma rede social como o *Facebook* ou o *Twitter* basicamente permite ao usuário percorrer uma lista de conexões (contatos) acompanhando as ações desempenhadas por outros dentro de um sistema.

Recursos como a “lista de amigos personalizadas”<sup>14</sup> é uma das modificações que permitem a partilha diferencial entre grupos de amigos, mas, tipicamente, esses recursos são introduzidos para melhorar a partilha e não para garantir a privacidade dos usuários e das usuárias. A sensação de privacidade proporcionada por recursos desse tipo é expressa, por exemplo, em mensagens como as apresentadas pelo *Facebook*: “agora você pode controlar quem acessa suas postagens e compartilhamentos”.

O que está em jogo é uma compreensão da partilha de informações como um processo supostamente seguro, o que permite supor que os efeitos de replicabilidade e de reprodutibilidade das informações nem sempre sejam conhecidos por todas as pessoas envolvidas com as mídias digitais. No que diz respeito às práticas de pesquisa social nos parece crucial chamar a atenção para o fato de que as ferramentas digitais

---

14 Nos últimos anos serviços de redes sociais como o *Facebook*, *Snapchat* e *Twitter* testaram diferentes recursos técnicos com vistas a melhorar a qualidade da partilha de conteúdos permitindo um tipo de partilha diferencial com recursos técnicos para que os usuários pudessem compartilhar conteúdos com listas específicas de amigos, o que permitiria um maior controle sobre a audiência.

permitem que o pesquisador ou a pesquisadora se mova entre uma série de contextos de informação e interação social.

Delimitar o campo de pesquisa em Ciências Sociais envolve considerar “pessoas concretas relacionando-se através de artefatos socioculturais criados em um mundo real” (NASCIMENTO, 2016, p. 231). Nesse sentido, refletir sobre ética em pesquisa em um mundo cada vez mais conectado exige que nossa criatividade renove não apenas as ferramentas e métodos de observação da realidade social, mas também nossos pressupostos sobre as relações sociais em um mundo anterior a presença das mídias.

Seguindo esta reflexão, apontaremos as características das dinâmicas de socialidade dessas mídias e traremos exemplos de pesquisa cujos dilemas éticos tiveram que ser cuidadosamente pensados com vistas a evitar danos aos sujeitos.

As pesquisas com as quais trabalhamos e que servirão de base para as próximas reflexões não extraem informações acerca dos dados coletados em rede, mas sobre as relações sociais estabelecidas em rede e os usos que os sujeitos fazem da tecnologia digital. Portanto, em comum, pressupõem um recorte de público, ao qual se tem acesso por meio de uma aproximação *online*.

Nosso recorte afasta-se das pesquisas que tem como foco o recolhimento destes grandes dados estruturados e não estruturados, chamados BigData<sup>15</sup>. Isto significa que estamos lidando com um recorte que privilegia pesquisas de caráter qualitativo e que não tem a intenção direta de gerar valor ou novos recursos com vistas a melhorar processos de tomada de decisões de negócios que envolvem a tecnologia.

Nosso foco recairá sobre as técnicas de pesquisa qualitativas e etnográficas, bem como sobre os processos que as envolvem, tais como a abordagem e a entrada em campo, a seleção de participantes da pesquisa, as negociações em torno do consentimento, o caderno de campo e o registro de informações e dados digitais.

---

15 BigData é como são chamados os dados gerados diariamente através da conexão em rede e que são armazenados formando grandes bancos de informações. Os vídeos disponibilizados em plataformas como o Youtube, por exemplo, ou mesmo os textos escritos como contribuição para a Wikipedia ficam armazenados em servidores de dados que podem ser recortados e interpretados por *softwares* de altíssimo desempenho.

Assim, cabe explicitar que, em nossos exemplos, privilegiamos um conjunto de abordagens que se debruçam sobre relações sociais contextuais atravessadas pelos usos sociais das tecnologias. Desse modo, não tratamos de desenhos de pesquisa puramente preocupados com o digital, mas entrelaçados por problemáticas que cercam a experiência de vida dos sujeitos, seus horizontes aspiracionais imersos em relações de classe social, gênero, sexualidade, aspectos geracionais, étnico-raciais, educacionais e profissionais.

Acompanhando Judy Wacjman (1999), ressaltamos que a tecnologia não é aquilo que determina as relações sociais, mas está imbricada nessas mesmas relações de forma que não podem ser separadas. Assim, a tecnologia pode ser entendida se inserida em um processo social que não tem uma força dominante única, nos termos da autora trata-se do processo de “modelagem social da tecnologia”.

### **Campos digitais**

Conforme apontamos, as relações digitalmente mediadas moldam práticas comunicacionais que são dependentes de um conjunto de suportes técnicos. Além disso, a pesquisa social digital, particularmente a análise de novas mídias sociais, apresenta diferenças em relação a captura de dados, uma vez que os sujeitos conectados em rede geram as informações de modo espontâneo e em tempo real, o que produz um conjunto de impasses sobre o qual pouco tem sido falado.

Como lidar com dados sensíveis a partir da exposição característica da Internet? Quais são os limites éticos para o uso de fotografias? E para a reprodução de conteúdos postados em rede? Como coletamos e apresentamos dados sensíveis? Como são negociados estes procedimentos éticos?

A maioria de nós, cujas pesquisas se envolvem com as tecnologias da informação e da comunicação, lida com tensões desse tipo. São dúvidas que também nos acompanharam no desenvolvimento de nossas pesquisas, de modo que as reflexões aqui apresentadas são também formuladas considerando as estratégias que adotamos com base em casos empíricos.

A ética responde a um tipo de prática - e, portanto, método - de pesquisa. Negociações, e por vezes tensões, atravessam e eventualmente extrapolam a especificidade do contexto em que se dá a pesquisa.

Informações disponíveis *online* vão do sensível e particular, íntimo e pessoal, ao trivial. Além disso, a informação *online* não chega à rede sempre da mesma maneira: os dados variam desde os que estão publicamente acessíveis àqueles que estão protegidos em ambientes fechados e resguardados por restrições de acesso com senhas e também como é o caso dos grupos e conversas de *WhatsApp* protegidos por criptografia.

A despeito das restrições legais que podem e devem ser consideradas, uma pergunta orienta o procedimento e a conduta profissional em campo. Esta pergunta é indicada pelas diretrizes éticas de pesquisa em Ciências Sociais como também pela *Association of Internet Researchers*, dedicada à pesquisa interdisciplinar com internet e composta por pesquisadores de todo o mundo: há riscos de prejuízos de qualquer natureza para os participantes da pesquisa?

A visibilidade *online* ganha contornos diferentes quando comparada a visibilidade situada na co-presença física. O autor John B. Thompson (2008) argumenta que uma das características da comunicação mediada é depender da presença física, do compartilhamento do espaço em um contexto situado geograficamente para acessar repertórios subjetivos e informações sobre os sujeitos. Conforme observa Thompson (2008, p.21):

O desenvolvimento das mídias comunicacionais trouxe, desse modo, uma nova forma de visibilidade – ou, para ser mais preciso, novas formas de visibilidade cujas características específicas variam de um meio para outro [...]o campo da visão não está mais restrito às características espaciais e temporais do aqui e agora, ao invés disso molda-se pelas propriedades distintivas das mídias comunicacionais, por uma gama de aspectos sociais e técnicos (como angulações de câmera, processos de edição e pelos interesses e prioridades organizacionais) e por novas formas de interação tornadas possíveis pelas mídias. Ela é moldada também pelo fato de que, na maioria das mídias comunicacionais, a visualidade não é uma dimensão sensória isolada, mas vem geralmente acompanhada pela palavra falada ou escrita – trata-se do audiovisual ou do textual-visual. Ao contrário, o ato de ver é sempre moldado por um espectro mais amplo de pressupostos e quadros culturais e pelas referências faladas ou escritas que geralmente acompanham a imagem

visual e moldam a maneira como as imagens são vistas e compreendidas.

As diretrizes que orientam a conduta ética e profissional das Ciências Sociais fundamenta-se na responsabilidade do pesquisador em assegurar a privacidade dos sujeitos em todas as etapas da pesquisa neste contexto de desencaixe espaço-temporal (GIDDENS, 1989). Isso implica em evitar a exibição pública e a exposição de dados que podem acarretar danos em círculos de relações pessoais, profissionais e também em meio a própria dinâmica das plataformas como exclusão das comunidades às quais pertence ou processos discriminatórios em grupos *online*.

Dessa maneira, a literalidade pode ser substituída por uma descrição densa das postagens e dos conteúdos compartilhados, como é o caso da postura metodológica e ética de pesquisa de Felipe Padilha (2015) sobre usos de aplicativos de busca de parceiros para homens. Pelo fato de lidar com relações afetivas que se desenvolvem em segredo na cidade de São Carlos – interior de São Paulo – e região e com vistas a manter a privacidade de homens que buscam garantir segurança nos espaços da família e do trabalho, Padilha optou por não reproduzir em seus textos conteúdos postados por seus interlocutores de pesquisa em suas redes sociais. Como opção, o pesquisador decidiu descrevê-los e apresentá-los por meio de uma interpretação própria destes conteúdos, de forma a caracterizá-los e evitar a localização por meio de ferramentas de busca.

As complicações podem ser maiores quando consideramos o caso das fotografias. Diferente das mídias analógicas que dependem de suportes físicos, as mídias digitais permitem a reprodutibilidade infinita do objeto digital e, no caso das imagens, em especial das fotografias, estamos diante de uma nova conjugação de questões que não se colocavam antes. A distribuição de fotos tiradas a partir de um telefone celular e postadas em uma plataforma como o *Facebook* enlaça uma ética de consentimento que une fotografia e os direitos autorais de publicação. Nesse caso, há uma nova articulação entre esses elementos que os coloca de um modo que antes não estava posto, principalmente quando consideramos a possibilidade de reprodutibilidade dessas imagens, permitida com os *printscreen*<sup>16</sup> das telas de celulares e computadores.

---

16 O Print screen é uma tecla comum nos teclados de computador. No Windows, quando a tecla é pressionada, captura, em forma de imagem, tudo o que está

Algumas questões podem ajudar no ajuste entre a pergunta que a pesquisa pretende responder e os métodos e técnicas empregados: trata-se de uma análise visual? As imagens serão ou não exibidas? As imagens serão publicadas na tese ou em artigos acadêmicos?

Descrever as imagens pode ser uma saída estratégica capaz de manter o respeito a privacidade dos sujeitos sem perder por inteiro o objeto de análise. Outros pesquisadores têm saídas mais criativas, como é o caso de Gleiton Bonafante (2016) que, ao analisar os aplicativos para smartphones que oferecem para homens serviços comerciais de busca de parceiros, reproduziu os perfis dos interlocutores em desenhos feitos a mão. Escolhas desse tipo não são apenas táticas engenhosas, mas servem como exemplo de como é possível preservar o respeito pelas pessoas e a integridade dos sujeitos envolvidos.

As tecnologias digitais criam canais descentralizados impossíveis de serem monitorados e controlados por inteiro, o que se reflete no potencial de vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos, todos conceitos que fundamentam a pesquisa ética e norteiam o processo de pesquisa. Entretanto, existem exceções para a necessidade do consentimento como, por exemplo, por meio das pesquisas *lurker*.

A postura de pesquisador *lurker* (AMARAL, 2010) evita estabelecer contato com usuários e responsáveis pelas páginas, perfis, grupos da internet. O termo *lurker* se refere a alguém que, na dinâmica de relações mediadas, não participa ativamente do debate, posicionando-se enquanto observador daquilo que é compartilhado e exposto na socialidade *online*. Segundo Adelman (2015, p. 152), “essa postura só é possível pela própria especificidade das mídias digitais, inclusive o Facebook, próprio ao compartilhamento de informações e à navegação anônima e imperceptível”.

Muito embora na pesquisa fora da rede seja possível se portar enquanto observador não participante de determinado contexto, a conexão em rede permite ao pesquisador se esconder, literalmente, dos demais e se constituir enquanto uma audiência invisível. Em outros termos, não há necessidade de se apresentar e fundar a relação de consentimento para ter acesso a conteúdos postados e compartilhados, basta acessar a rede

---

presente na tela. A ferramenta também está disponível em aparelhos como os Smartphones e a possibilidade de *printar* a tela marca as socialidades em rede na atualidade, a troca e circulação de conteúdos, o que coloca em xeque a possibilidade do segredo e sigilo.

daqueles usuários, os grupos frequentados por eles e, por vezes, seus perfis *online*.

O pesquisador *lurker* se diferencia daquele chamado de *insider* (HODKINSON, 2005), que interage com os sujeitos da pesquisa e que, dessa maneira, pode estabelecer de forma relacional e mais evidente os limites do consentimento. A escolha pela conduta metodológica *lurker* nos exige refletir sobre se “o ambiente escolhido e as pessoas são públicos o suficiente para serem estudados sem ter o consentimento dos informantes” (AMARAL, 2010, p. 132). Quando o pesquisador se esconde, outras questões vêm à tona no contexto da pesquisa como, por exemplo, a necessidade de se questionar para quais públicos e audiências determinados conteúdos são direcionados quando postados na rede. Além disso, outra questão fundamental para termos em mente neste tipo de pesquisa e também naquelas de contato direto entre pesquisador/a e sujeito de pesquisa é: qual a expectativa daquele indivíduo ou daquele grupo acerca da privacidade dos dados que compartilham na rede?

Por meio desse questionamento é possível compreender se o material postado é sensível, se envolve menores de idade, aspectos da vida íntima que podem prejudicar a vida dos sujeitos em questão, caso sejam expostos em textos acadêmicos. E, dessa forma, quando se trata de material sensível, a opção frequentemente adotada pelos cientistas sociais é a busca por garantir anonimato, seja pela troca de nomes tanto dos sujeitos, quanto dos grupos pesquisados, bem como alterar o conteúdo postado para além de sua literalidade.

Rodrigo Melhado (2014), que desenvolveu pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo em sites direcionados a busca de parceiros, optou por ocultar qualquer característica capaz de identificar o grupo ou os usuários e, além disso, transformou dados qualitativos em análises quantitativas, interpretadas por meio de gráficos e tabelas, o que retirou de seu trabalho a carga afetiva da exposição dos que identificam os usuários.

As pesquisas de Lara Facioli (2013, 2017) sobre relações de ajuda-mútua promovidas em ambientes *online* por mulheres, além de ocultar aspectos de identificação de usuárias e usuários, quando apresentavam conteúdos sensíveis, teve como decisão contatar, sempre que possível, os responsáveis pelas postagens e compartilhamentos, no sentido de reforçar o consentimento a respeito da reprodução/utilização em textos

acadêmicos daquele conteúdo específico. Tal fato evidencia que a própria característica da rede de manutenção do contato com interlocutoras e interlocutores de pesquisa também apresenta como possibilidade a constante negociação do consentimento acerca dos conteúdos postados e incorporados pelas pesquisas acadêmicas.

Outro exemplo ilustrativo de conduta ética adotada frente ao limite tênue entre público e privado, quando estamos imersos em ambientes conectados e pautados pela incitação ao compartilhamento e à exposição da vida íntima, trata-se da pesquisa de Juliana Do Prado (2015) acerca de grupos fechados de homens heterossexuais de classes médias-altas brasileiras, no contexto paulistano, que discutiam relações afetivas e desenvolvimento pessoal.

Ao longo da pesquisa de Do Prado, houve situações de vazamento de conversas entre os homens, participantes da pesquisa, que foram realizadas em site fechado onde se reuniam para dialogar acerca de problemas diversos, principalmente na esfera afetiva e sexual. Os diálogos vazados e compartilhados na rede expunham o envolvimento entre um membro e uma pessoa de fora do coletivo e a circulação de conteúdo fechado em grupo de debate aconteceu devido ao fato de se tratar de algo ofensivo para a mulher em questão, uma vez que apresentava comentários sobre seu corpo e forma física. As conversas foram *printadas* e postadas em blogs feministas, em jornais *online* e em páginas pessoais de usuárias indignadas com o que era dito sobre as mulheres em comunidades compostas por homens.

A pesquisadora, por sua vez, decidiu por não utilizar nenhuma das falas que colheu em campo a respeito do ocorrido por mais que houvesse consentimento na utilização deste conteúdo. Além disso, Do Prado compreendeu que a própria exigência do grupo de homens, acerca dos limites de manter em segredo a sociabilidade que compartilhavam, estava vinculada à necessidade de manter, sobretudo, intocados os códigos de masculinidade que circulavam no grupo.

Ao longo da pesquisa, discutir a polêmica relatada me levantou uma série de questionamentos, principalmente por se tratar de um acontecimento que trouxe problemas aos envolvidos, despertando, inclusive, uma postura cuidadosa de minha parte ao respeitar as solicitações de que trechos de entrevistas não fossem citados, ou que o

gravador fosse desligado em momentos que me contaram detalhes maiores. O episódio e seus envolvidos à parte me parece ser mais relevante indagar sobre as relações de gênero estabelecidas entre o que foi dito e o que não foi dito tanto no fórum, quanto à respeito do assunto, assim como o que tentou se preservar ou esconder. Ainda, em um sentido metodológico, a concentração de análise nos usos do site podem revelar moralidades que permitiriam a preservação do grupo. Nesse sentido, foi possível perceber que a imagem do site como uma comunidade com finalidades “transformadoras” era constantemente acionada em diálogo comigo, seja mantendo o discurso de que aprenderam a “ser homens melhores”, ou silenciando-se caso algum acontecimento como o que narrei aparecesse para desprestigiá-los frente a mim. (PRADO, 2015, p. 210).

O que fica evidente neste debate é que a pesquisa com mídias digitais e por meio de acesso constante às informações dos sujeitos exige negociação diferente daquela pressuposta pelos tradicionais Termos de Consentimento que pautavam pressupostos éticos de pesquisa social anteriores a Resolução 510 de 2016. A armadura dos antigos termos de consentimento não permitia observar as diversas nuances das relações éticas do campo de pesquisa que visam, tanto garantir as investigações, quanto preservar os sujeitos em questão.

Com a consolidação dos debates acerca das especificidades das pesquisas no campo das Ciências Sociais, a resolução 510 apontou para o assentimento e consentimento enquanto processos, orientando seu registro não mais a modalidade escrita, mas também por sua modalidade oral, gestual e de outras formas que se mostrem adequadas, desde que justificadas pelo pesquisador e pesquisadora.

Em uma pesquisa mediada, os limites de entrada e saída do campo empírico são borrados pela conexão constante, o que embaralha e pode dificultar os pressupostos éticos e de consentimento. Este contato com os sujeitos da pesquisa pode ser estender por semanas, meses e anos e a dinâmica em rede pode fazer com que os interlocutores figurem em nossas listas de amigos mesmo após o término dos processos de investigação científica. Dessa forma, o consenso, o consentimento e os termos da exposição de dados são constantemente negociados.

Tanto o consentimento, quanto a privacidade são pressupostos éticos criados cultural e contextualmente, que podem ser atravessados por relações de gênero, mas também por aspectos geracionais, de classe social, de sexualidade, entre outros fatores. Em outros termos, no interior das pesquisas acadêmicas a privacidade depende da relação estabelecida com sujeitos de pesquisa e pode, inclusive, configurar dados de campo valiosos sobre aquilo que extrapola a própria dinâmica de conexão e de constituição de grupos diversos, como o caso da pesquisa de Do Prado, as masculinidades em jogo.

Mesmo no exemplo da pesquisa de Padilha (2015), o que delimitou os limites da privacidade e as estratégias metodológicas consistiu na preservação da privacidade de relacionamentos sexuais e afetivos estabelecidos secretamente entre homens. Em outros termos, trata-se de um dado sensível e de uma demanda por privacidade delimitada pela própria sexualidade da comunidade em questão. Os homens gays de sua pesquisa demandaram esta postura ética, uma vez que apresentaram exigência em torno da manutenção do segredo de suas sexualidades, que, caso exposto, poderia lhes causar crises familiares, problemas na esfera profissional e mesmo em suas relações criadas e mantidas por meio das mídias digitais.

A maneira como encaramos a privacidade em rede pode se constituir enquanto uma marca geracional, uma vez que podemos perceber diferentes utilizações das tecnologias entre gerações mais jovens e mais velhas de usuárias e usuários das redes. Quando se constata que os mais jovens preferem redes sociais como Snapchat, principalmente por conta de suas características de tornar o conteúdo compartilhado temporário e não ter muito contato com membros mais velhos da família que permanecem no *Facebook*, podemos notar uma preocupação desse público com sua exposição em rede e com a manutenção dos limites entre público e privado.

A demanda por conteúdos temporários fez com que as redes sociais como o próprio *Facebook* e *Instagram* optassem por incorporar as ferramentas de vídeos chamadas de *stories*, caracterizadas pelo desaparecimento rápido da postagem. Vale ressaltar que, mesmo com a possibilidade de *printscreens* da tela dos celulares, plataformas como o Instagram avisam o usuário de perfil fechado e restrito quando seu conteúdo é *printado*, o que desestimula perfis mal intencionados.

É relevante considerar que o debate acerca das possibilidades de exposição pública permitida com essas ferramentas integra um contexto de análise das mídias fortemente conduzido por um ambiente de pânico morais a respeito dos usos das tecnologias, principalmente por jovens. Eles são considerados sujeitos que precisam ter seu uso gerenciado para evitar que caiam nas armadilhas de publicidade da rede.

Ao contrário do uso apresentado como patológico das mídias por parte do público juvenil, classificado por discursos correntes de profissionais peritos da psicologia como viciados, Dannah Boyd (2014) vai apontar que tais ferramentas permitem aos jovens manter acesso a grupos de amigos, distanciados dos controles da família e da escola.

A necessidade do sigilo não é marca de todas as comunidades *online*. Assim como em campos não mediados, existem aqueles sujeitos e grupos que fazem questão da exposição de suas histórias de vida, postagens, vídeos, relatos, dentre outros aspectos. Podemos mencionar como exemplo dessa demanda a atuação em coletivos ativistas e o envolvimento em processos judiciais que faz da exposição angariamento de apoio na esfera pública, como no caso da pesquisa de Marcella Latanza (2011) sobre mulheres que criavam comunidades em rede para lidar com cirurgias estética mal sucedidas e que envolviam conflitos judiciais com seus respectivos médicos. É importante dizer que tal aspecto não faz com que o pesquisador ou pesquisadora deva expor, necessariamente, todos os dados dos sujeitos, uma vez que eles próprios podem não ter conhecimento sobre as implicações dessa publicização. Dessa maneira, a negociação em torno da apresentação dos dados deve ser realizada caso a caso de pesquisa.

A rede como espaço densamente emocional, nos termos de Sarah Ahmed (2004), pressupõe também uma postura da pesquisadora e pesquisador que, por vezes, se mistura com aquela de um psicólogo, bom ouvinte, ombro amigo ou mesmo de sujeito desejado afetiva e/ou sexualmente. Como aponta Larissa Pelúcio (2015) em seu trabalho em plataformas de busca de parceiras e parceiros para pessoas casadas, as relações estabelecidas com estes sujeitos de pesquisa podem estar atravessadas pelo desejo ou pelo que Sherry Turkle (2011) chamou de encantamento, decorrente da tentativa de desvendar quem é o sujeito com quem se fala, no caso das redes que exigem sigilo de informações.

Além disso, como aponta Facioli (2013), falas recorrentes das mulheres de periferia do Rio de Janeiro, interlocutoras de sua pesquisa,

caminhavam no sentido de evidenciar quão importantes eram os diálogos travados ao longo do campo empírico entre elas e a pesquisadora. Esses contatos se assemelhavam, nos termos das entrevistadas, a uma dinâmica terapêutica. Tal aspecto fazia com que as pessoas da pesquisa se sentissem estimuladas a falar, por julgarem se tratar de um bom espaço de acolhimento para os discursos e histórias de vida proferidas.

Esses aspectos, de reforço da intimidade e dos laços entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa, são intensificados com a rede por meio do contato constante, além de atravessarem o cotidiano da hora em que se acorda até o momento em que se vai dormir. Não se trata, como na pesquisa face-a-face, de uma imersão no campo por determinado período de tempo e pela posterior saída deste espaço com vistas a cumprir a análise dos dados. O rearranjo das barreiras geográficas faz com que o campo, a pesquisadora e pesquisador estejam conectados com os interlocutores da pesquisa. Estas são características que fazem com que toda investigação mediada necessite manter a atenção aos aspectos éticos e a exposição de dados dos sujeitos.

Nesse sentido, a observação participante, técnica clássica de investigação empírica nas Ciências Sociais, que pressupõe a partilha de atividades, interesses, afetos com os sujeitos da pesquisa também comporta uma necessidade de ser refletida contextualmente quando adentra as mídias digitais. Nas pesquisas em rede, nem sempre os limites entre o pesquisador enquanto observador ou como membro do grupo estão delimitados todo o tempo, principalmente no caso em que as pesquisas acontecem em meio a coletivos e práticas já vivenciadas e conhecidas previamente. Nossa argumentação consiste em apontar que as escolhas éticas devem ser definidas contextualmente, em meio às relações estabelecidas entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Da mesma forma, a constatação da vulnerabilidade dos sujeitos e da coleta de dados sensíveis se mostra ponto central das preocupações éticas das pesquisas mediadas.

### **Considerações Finais**

As investigações apresentadas aqui corroboram o documento elaborado pela *Association of Internet Researchers*<sup>17</sup>, no sentido de apontar

---

17 Ver: <https://aoir.org/about/>

que a privacidade, os limites entre público-privado e o consentimento devem ser pensados na própria relação de pesquisa e ao longo de todo seu desenvolvimento, sem nos restringirmos aos Termos de Consentimento Informado.

Dessa forma, as diretrizes não podem ou não deveriam ser elaboradas de cima para baixo, mas a partir de realidades empíricas e de experiências vivenciadas em campos de investigação. Foi o que abordamos neste artigo, recuperando algumas experiências próximas de um campo em construção, qual seja, dos estudos das Ciências Sociais com mídias digitais e internet no contexto brasileiro.

A fragilidade e as indagações acerca desse tipo de pesquisa acontecem por conta dos diversos fatores que atravessam as relações de consenso, como apontamos ao longo do texto, que se definem pelos contextos das pesquisas.

Da mesma forma, vale ressaltar que as próprias características das ferramentas tecnológicas de transformação constante, faz com que os aspectos éticos tenham sempre que ser avaliados, revisitados, refletidos e alterados. Citamos como exemplo as diferentes posturas éticas que podem ser adotadas em meio às pesquisas com diferentes plataformas como *Whatsapp*, protegida por meio de criptografias e restrita a lista pessoal de contatos dos usuários e os próprios *Facebook* e *Twitter*, ferramentas de maior publicidade de informações. De maneira semelhante, as demandas éticas, bem como as estratégias adotadas se alteram quando os dados colhidos variam de texto, para imagens, fotografias, vídeos fixos em redes como o *Youtube* ou vídeos temporários.

As características do ambiente conectado fazem das questões éticas um código não estático, em termos mais interessantes, constituem-se enquanto diretrizes e não como uma conduta direcionada de maneira fechada, devido às características flexíveis das relações e plataformas em rede.

Um dos desafios a serem enfrentados na pesquisa com mídias digitais e internet é estabelecer um equilíbrio entre os direitos dos sujeitos da pesquisa e aquele dos pesquisadores em conduzir suas investigações. Dessa forma, a pergunta que deve atravessar o bom senso desse tipo de observação mediada é se ela pode promover algum dano aos sujeitos, compreendendo que quanto maior a vulnerabilidade dos usuários ou das comunidades das quais fazem parte, maior a responsabilidade

do pesquisador ao lidar com dados sensíveis que podem ferir direitos humanos, direitos ao sigilo a informações e privacidade.

Este aspecto envolve compreender que a negociação do consentimento serve para garantir a segurança dos pesquisadores e instituições de pesquisa, mas que, no entanto, o respeito pelos sujeitos pesquisados e por suas relações devem ser constantemente lembrados, negociados e apresentados nos processos investigativos, principalmente se considerarmos que uma das características das relações mediadas é seu caráter densamente emocional.

Submeter as pesquisas com mídias digitais, principalmente aquelas das Ciências Sociais que visam compreender os próprios usos dos aparatos tecnológicos e as relações constituídas e partir deles, aos comitês de ética, pode exigir uma tomada precipitada de decisões que desconsidera as práticas contextuais de pesquisa e as relações estabelecidas com os grupos observados. Isso ocorre, principalmente, levando em conta o que tentamos apontar ao longo do texto, qual seja, a influência dos códigos de ética das Ciências Biomédicas nos comitês de ética das áreas de humanidades.

Trata-se de, primeiramente, compreender qual o contexto observado e como ele é acessado, tanto pelos usuários, quanto pelo pesquisador e pesquisadora. Entender as expectativas da pesquisa, a situação dos usuários e do pesquisador neste campo específico é fundamental como ponto de partida para, então, adentrar a seara da proteção de danos que podem ser promovidos com a exposição dos dados sensíveis e dos grupos historicamente mais vulneráveis.

Quais são as expectativas éticas que os usuários atribuem ao local em que estão interagindo? Os participantes percebem o contexto como público e sabem os limites da privacidade daquela interação? Quais são os riscos potenciais da divulgação de informações a respeito daquele grupo de pessoas e como podemos lidar com esses riscos?

Com esses questionamentos é possível que o pesquisador ou pesquisadora alcance a conclusão sobre os dados recolhidos. São dados que deixam explícitas relações de intimidade, posicionamentos políticos, aspectos afetivos que podem causar desconforto ou processos discriminatórios para os sujeitos e comunidades da pesquisa? São dados que podem alterar a própria dinâmica conectada entre os sujeitos? São dados que envolvem indivíduos menores de idade? Se a resposta a essas

perguntas se mostra positiva, cabe a tomada de decisões sobre quais dados utilizar e quais as melhores maneiras para garantir o anonimato dos sujeitos e de suas relações, bem como, definir os termos do consentimento.

Este texto pretendeu construir reflexões a respeito das diretrizes éticas que atravessam as pesquisas sociais em mídias digitais. Entendemos que este campo de estudos está em construção, principalmente, no contexto brasileiro, o que implica em uma proposta de levantamento de questões e de apresentação de experiências empíricas.

A pesquisa social que envolve as mídias digitais opera entre as práticas sociais, as plataformas que as abrigam, entre os marcos legais, diretrizes éticas e entre os termos de uso que regulam e modelam a utilização destes aparatos. Dessa forma, é neste meio que são desenvolvidas nossas análises científicas em constante transformação, características de um contexto que sofre influências diretas das tecnologias, estejamos ou não conectados.

## Referências

ADELMAN, Mirian. Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e o(s) Outro(s) nas redes sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p. 141-170, 2015.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. *Revista USP*, São Paulo, n. 86, p. 122-135, 2010.

BONAFANTE, Gleiton. *Erótica dos signos em aplicativos de pegação*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, Acadêmica, 2016.

BOYD, Danah. *Sexing the Internet: Reflections on the role of identification in online communities*. Presented at Sexualities, medias and technologies: theorizing old and new practices. University of Surrey, 2001.

BOYD, Danah. *It's complicated: the social lives of networked teens*. New Haven: Yale University Press, 2014.

DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, 2008.

DINIZ, Débora. *Ética na pesquisa*. Brasília: Editora da UnB/Letras Livres, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ética de pesquisa e 'correção política' em antropologia. In: VICTORA, Ceres et al. (org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2004. p. 125-130.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EDWARDS, Adam. et. al. Digital social research, social media and the sociological imagination: surrogacy, augmentation and re-orientation. *International Journal of Social Research Methodology*, London, n. 16, v. 3, p. 245-260, 2013.

FACIOLI, Lara. *Conectadas: uma análise de práticas de ajuda mútua feminina na era das Mídias Digitais*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2013.

FACIOLI, Lara. *Mídias digitais e horizontes de aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2017.

FERREIRA, Marcos Farias. A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 169-191, 2013.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LATANZA, Marcella Masano. *O barato sai caro: cirurgias plásticas estéticas e padrões corporais femininos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2011.

HODKINSON, Paul. Insider research in the study of youth cultures. *Journal of Youth Studies*, Oxfordshire, v. 8, n. 2, p. 131-149, 2005.

LIMA, Jacob Carlos. Ética da pesquisa e ética profissional em sociologia: um começo de conversa. *Revista Brasileira de Sociologia*, Aracaju, v. 3, n. 5, p. 31-52, 2015.

LINS, Bernardo F. E. Privacidade e internet. *Consultoria Legislativa*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. p. 3-14. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/001854.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

LUNNAY, Belinda; BORLAGDAN, Joseph; McNAUGHTON, Darlene; WARD, Paul. Ethical use of social media to facilitate qualitative research. *Qualitative Health Research*, Thousand Oaks, CA, v. 25, n. 1, p. 99-109, 2014.

MARRES, Noortje. Digital Sociology: The Reinvention of Social Research: Noortje Marres on how digital technology contributes to sociology. [Entrevista cedida a] Francesca Halstead. *Sociology Lens (Online)*, jul. 2017. Disponível em: <http://www.sociologylens.net/article-types/opinion/digital-sociology-reinvention-social-research-noortje-marres-digital-technology-contributes-sociology/18108>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.

MELHADO, Rodrigo C. *Vitrine do desejo: um estudo sobre os perfis online de homens que buscam relações com outros homens em Araraquara e São Carlos*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos, 2014.

MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.

MILLER, Daniel. Etnografia On e Off-Line: Cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, 2004.

MULHER morre após casal entrar por engano em comunidade em Niterói. *G1 Globo*, Rio de Janeiro, 4 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/mulher-morre-apos-entrar-por-engano-em-comunidade-em-niteroi-rj.html>. Acesso em: 31 jul. 2017.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. *A sociologia digital: um desafio para o século XXI*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 216-241, jan./abr. 2016.

NOBLE, Safiya Umojona. Google search: Hyper-visibility as a means of rendering black women and girls invisible. *InVisible Culture: An Eletronic Journal for Visual Culture*, Rochester, NY, n. 19, oct. 2013.

PADILHA, Felipe. *O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2015.

PAPACHARISSI, Zizi; GIBSON, Paige L. Fifteen Minutes of Privacy: Privacy, Sociality, and Publicity on Social Network Sites. In: TREPTE, S.; REINECKE, L. (org.). *Privacy Online: perspectives on privacy and self-disclosure in the social web*. Nova Iorque: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2011. p. 75-89.

PELUCIO, Larissa. Narrativas infieis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p. 31-60, 2015.

PRADO, Juliana do. *Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais* 269f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro; JEOLÁS, Leila. Uma Comissão Nacional de ética em pesquisa, as ciências biomédicas e as ciências humanas: trespassing a brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, Aracaju, v. 3, n. 5, p. 241-260, 2015.

SARTI, Cinthia. A ética em pesquisa transfigurada em campo de poder: notas sobre o Sistema Cep/Conep. *Revista Brasileira de Sociologia*, Aracaju, v. 3, n. 5, p. 79-96, 2015.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. *MATRIZES*, São Paulo, n. 2, p. 15-38, abr. 2008.

TOFFLER, Alvin. *Future shock*. New York: Random House, 1970.

TURKLE, Sherry. *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. New York, Basic Books, 2011.

VAN DIJCK, Jose. *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

WACJMAN, Judy. *A modelagem social da tecnologia*. 2<sup>nd</sup> ed. Buckingham, UK: Open University Press, 1999.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamento da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

**Declaração de Co-Autoria** (excertos): Ambo/as co-autore/as declaram ter elaborado o texto “com base em dados empíricos de pesquisas” realizadas em seus mestrados, doutorados e pós-doutorado (no caso da co-autora). Declaram ainda ter atuado conjuntamente “no levantamento bibliográfico acerca de material sobre ética em pesquisa com mídias e na redação do texto. O artigo foi escrito por ambos os autores igualmente. Cada uma de suas partes contou com colaboração de ambos.”